

## PERSPECTIVAS SOCIOLINGUÍSTICAS NO MATERIAL DIDÁTICO APOSTILADO: UMA ANÁLISE ANTES DA BNCC

### SOCIOLINGUISTIC PERSPECTIVES ON SCHOOL HANDOUT MATERIAL: AN ANALYSIS BEFORE THE BRAZILIAN NATIONAL CORE CURRICULUM (BNCC)

DOI: 10.18616/lendu.v6i2.8157

Angela Cristina Di Palma Back<sup>1</sup>

*acb@unesc.net*

Katiana Possamai Costa<sup>2</sup>

*katianapc@gmail.com*

#### RESUMO:

A importância do livro didático não é de hoje, sua existência data ainda no século XIX. Com o tempo, esse livro obteve diferentes finalidades que Lajolo e Zilberman (2019) retomam e apontam como a cartilha para alfabetização; seleta para aprendizagem literária; manual para as ciências ou profissionalização. Hoje, comumente chamados de livro didático ou apostila. Neste artigo, trabalhamos com um material apostilado de Língua Portuguesa, adotado para o Ensino Médio de um colégio da rede particular de ensino do município de Criciúma (SC), com o objetivo de analisar como a sociolinguística se apresenta antes da reformulação desse material para cumprir com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esta pesquisa, de cunho documental, pautou-se em autores como Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2004; 2008) e, principalmente, Bagno (2007; 2013), pois definimos como categoria de análise o que o autor chama de “o jogo dos sete erros”. A discussão dos dados se dá de forma qualitativa, de modo a concluir que, embora o material apresente alguns equívocos, encaminha-se, aos poucos, para uma pedagogia da variação linguística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação linguística; Material didático; Sociolinguística.

#### ABSTRACT:

The importance of school books is not new, its existence is dated from the 19th century. As time went by schoolbooks have attained different purposes that Lajolo and Zilberman (2019) retake and appoint as booklets for literacy; collections for literary learning; manuals for science or professionalization; which are called schoolbooks or handouts nowadays. In this article, we studied a Portuguese Language handout used by a private High School of the city of Criciúma, Santa Catarina, with the objective of analyzing how sociolinguistics presents itself before the updating of this material in relation to the requirements of the Brazilian National Core Curriculum (BNCC). This documentary research was based on authors such as Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2004; 2008) and, mainly, Bagno (2007; 2013), because we defined what the author calls “the game of 7 errors” as analytical category. Data discussion

<sup>1</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e do Curso de Letras da UNESC. Pesquisadora associada e líder do Grupo de Pesquisa CNPq-LITTERA.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

takes place in a qualitative way, so we reach the conclusion that, in spite that the material shows some mistakes, it moves to a pedagogy of language variation little by little.

**KEYWORDS:** Language variation; Schoolbooks; Sociolinguistics.

## 1 INTRODUÇÃO

Não é novo e não é de hoje que o livro didático é foco de análise e discussão. Sua presença no Brasil registra-se em 1809 e 1810 com as primeiras edições realizadas por meio da Imprensa Régia que se ocupavam também de tipografar jornais, sermões e folhetos (LAJOLO; ZILBERMAN, 2019).

Para as autoras Lajolo e Zilberman (2019), o livro didático é considerado o “primo pobre” para a literatura, tendo em vista que é descartável e suas informações apresentam prazo de validade; enquanto para as editoras é o “primo rico” diante do poder de venda, principalmente, quando adotado por sistemas de ensino.

Ainda, na sua trajetória histórica, conforme autoras (op. cit.), esse material de cunho didático recebeu nomes diferentes a partir da finalidade em que operava, a saber: cartilha para alfabetização; seleta para aprendizagem literária; manual para as ciências ou profissionalização.

Hoje, conhecido como livro didático ou apostila. O primeiro editado em volume único e com atualizações – em média – a cada três anos; o segundo é fragmentado, ou seja, alunos e professores os recebem por unidades e todos os anos passam por revisão. Contudo, ambos têm o mesmo propósito, são utilizados para o processo de ensino-aprendizagem de uma (ou todas) disciplina(s) escolar(es).

Dado esse pequeno relato quanto a sua definição e história, este presente artigo tece discussões condizentes a esse objeto tão antigo e atual das salas de aula. Assim como Pereira (2014) analisou os livros didáticos de Língua Portuguesa e Matemática das décadas de 1970, 1980 e 1990, com vistas às propostas emancipadoras de apropriação e socialização do conhecimento, a intenção desta investigação – embora tímida comparada ao estudo de Pereira – é analisar como a sociolinguística se apresenta no material apostilado de Língua Portuguesa (LP) em uso no ano de 2020, antes da reformulação dos materiais didáticos para adequá-los à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo a cumprir com as habilidades e competências descritas no documento curricular de âmbito nacional.

Ao passo que é essencial não ocultar as variantes da língua a que os alunos fazem uso por questões culturais ou sociais, que não são maiores ou menores ao registro da língua considerada de prestígio (BORTONI-RICARDO, 2005), temos (nós, professores) que apresentar e discutir essas referências em sala de aula. Assim, favorece para que o sujeito reflita e seja autor da construção de seu conhecimento (PEREIRA, 2014). Para tanto, a análise aqui relatada permeia os conteúdos e as atividades do volume 1, da apostila de Língua Portuguesa da Editora Positivo, material adotado para o Ensino Médio de um colégio da rede particular de ensino do município de Criciúma (SC).

Com vistas a atingir o propósito deste estudo, o arcabouço teórico pauta-se em sociolinguístas, que pensam a educação linguística, como Bortoni-Ricardo (2005), Faraco (2004; 2008) e, principalmente, Bagno (2007; 2013) com a obra “Sete erros aos quatro ventos”, pois investiga livros didáticos com a finalidade de analisar o tratamento da variação linguística, atividade compatível a que se propõe este estudo.

Para isso, o corpus da pesquisa, em relação ao objetivo, caracteriza-se como uma de pesquisa exploratória “ao levantar informações sobre um determinado objeto” (SEVERINO, 2017), aqui sendo o livro didático, de tal modo classificada como uma pesquisa documental.

Em face do exposto, o texto que segue discorre sobre a sociolinguística educacional e o uso do livro didático, na sequência abre-se a discussão quanto ao objeto de estudo, o material apostilado de Língua Portuguesa em uso no ano letivo de 2020, antes da reformulação do Ensino Médio perante a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (BRASIL, 2018) que apresenta o ensino de língua a partir de habilidades e competências.

## **2 SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL: UMA PEDAGOGIA**

O comportamento linguístico reflete a própria história, cultura e valores de uma sociedade; ao mesmo tempo em que também é fator para separar os indivíduos que nela se encontram, ou seja, é motivo para que se tenha uma estratificação social (BORTONI-RICARDO, 2005). E a escola não foge desse escopo, visto que a estratificação linguística como consequência social também se faz presente nesses contextos; em que, pelo ensino de língua materna, impõe-se ao alunado prescrições linguísticas, via de regra por meio de um ensino tradicional: valorando posturas acerca do que é certo e errado, nas modalidades de fala e escrita da língua, sem que, de fato, se leve em conta o que já se faz uso.

Datam por volta da década 1960 os estudos linguísticos no Brasil e dela deriva-se a sociolinguística cujo foco é a diversidade linguística contida em um contexto social, abrangendo temas como preconceito linguístico e tudo o que cruza com a língua e a sociedade. Porém, foi em 1970 que se centrou os estudos sociolinguísticos relacionados ao ensino de língua portuguesa, naquela época já se apontava as deficiências inerentes ao ensino de língua com base no baixo rendimento, sendo que:

As causas dessas deficiências são sobretudo de natureza pedagógica, mas toda pedagogia lingüística depende, para ser acertada, do conhecimento seguro de duas ordens de fatos referentes à língua: as características estruturais e as características sociolinguísticas (RODRIGUES, 1966, p. 9).

Para o autor, a importância da sociolinguística voltada ao pedagógico e dentre os vários itens elencados apontavam que o “uso dessas variantes cultas nas escolas dos grandes centros urbanos apresenta problemas técnicos de ensino [...]”. Ademais, complementa que para:

[...] às características estruturais da língua, é mister que os pedagogos que organizam e controlam o ensino nas distintas regiões do país estejam informados não só das diferenças regionais da língua culta, mas também das diferenças mais profundas entre a língua efetivamente falada pelos alunos e a língua culta que se lhes quer ensinar, e das diferenças entre a língua falada e a língua escrita; que estejam informados, igualmente, da natureza da heterogeneidade lingüística típica sobretudo dos grandes centros urbanos, onde ocorrem diferenças lingüísticas de acordo com a estratificação social e segundo a procedência geográfica das famílias (RODRIGUES, 1966, p. 9).<sup>3</sup>

Na sequência, reforça que conhecer esse tipo de informação é fundamental para que se programe de forma acertada o ensino e o material didático mais adequado para cada região.

Nesse cenário que se vislumbra, cabe à sociolinguística educacional, a exemplo de Bortoni- Ricardo (2005, p. 15), fazer a defesa de que “a escola não pode ignorar as diferenças sociolinguísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa.”

Compreendendo a natureza da diversidade sociolingüística instalada no espaço da sala de aula é necessário pensar em uma pedagogia da variação linguística, termo recorrente nas falas de Bagno (2007) e Faraco (2008), que se aproxima muito do que Bortoni-Ricardo tem denominado como Sociolinguística Educacional:

---

<sup>3</sup> Por tratar-se de citação direta manteve-se a escrita original em relação à ortografia e à digitação.

[...]venho denominando Sociolinguística Educacional todos os esforços de promover a competência linguística e comunicativa de crianças que não são expostas às variedades de prestígio da língua materna em sua família e que não vão aprender na escola, seguindo a orientação da Sociolinguística Educacional. (BORTONIRICARDO, 2022, p. 225).

Mesmo diante deste cenário de consolidação de pesquisadores e de pesquisas sobre o assunto, o trabalho ainda não é efetivo em sala de aula. Essa discussão já está presente nos documentos oficiais da educação, mas ainda não se faz consistente na prática docente e muito menos nos materiais didáticos. Bagno (2013) enfatiza que ao docente cabe usar os recursos didáticos de maneira crítica e autônoma, com viés para a reeducação sociolinguística do professor, para que trabalhe com aquilo que o aluno já sabe, ou melhor, com a sua realidade de fala e escrita, de modo a ter uma atitude linguística. Enquanto que Faraco (2008) discorre sobre a posição do livro didático que aborda o fenômeno de variação como erro (não atinge a norma de referência) ou, no máximo, como uma simples variação geográfica.

Por fim, a sociolinguística educacional – em nível macro – reserva um espaço importante para a construção de uma pedagogia da variação linguística, não basta estar na escola, precisa ser pensado nela como método de ensino, de modo que perpassar pelo material didático, com ênfase no tão antigo e presente livro didático.

### **3 LIVRO DIDÁTICO: USO ADEQUADO DO SUPORTE**

No ambiente escolar, podemos fazer uso de muitos materiais para as práticas pedagógicas como manual de instrução de aparelhos, filmes, notícias vinculadas em jornais e revistas, entre outras plataformas. E, assim, contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Porém o recurso mais utilizado em sala de aula é o livro didático, presente desde 1929 (FREITAS; RODRIGUES, 2008).

Entende-se por ele, conforme Oliveira (*et al.* 1984, p. 21), aquele material “que se destina ao ensino, apresenta características bastante diferentes de mercado, consumo, tiragens, preço, comercialização, etc.” Tanto que, em 1996, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) instituiu algumas exigências, passando a avaliar, adquirir e distribuir os livros nas instituições públicas de ensino.

Atualmente, as publicações partem de editoras nacionais, estrangeiras e em parcerias; enquanto a oferta é diversificada, pois procuram atender demandas diferenciadas de ensino.

Embora passe por um processo de escolha, defendemos que cabe ao professor saber utilizá-lo em sala de aula, conforme os dizeres de Lajolo (1996, p. 8), “ocaso é que não há livro que seja à prova de professor: o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor livro, repita-se mais uma vez, é *apenas* um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem”, um coadjuvante ao protagonismo do professor, este sim autor de sua própria aula.

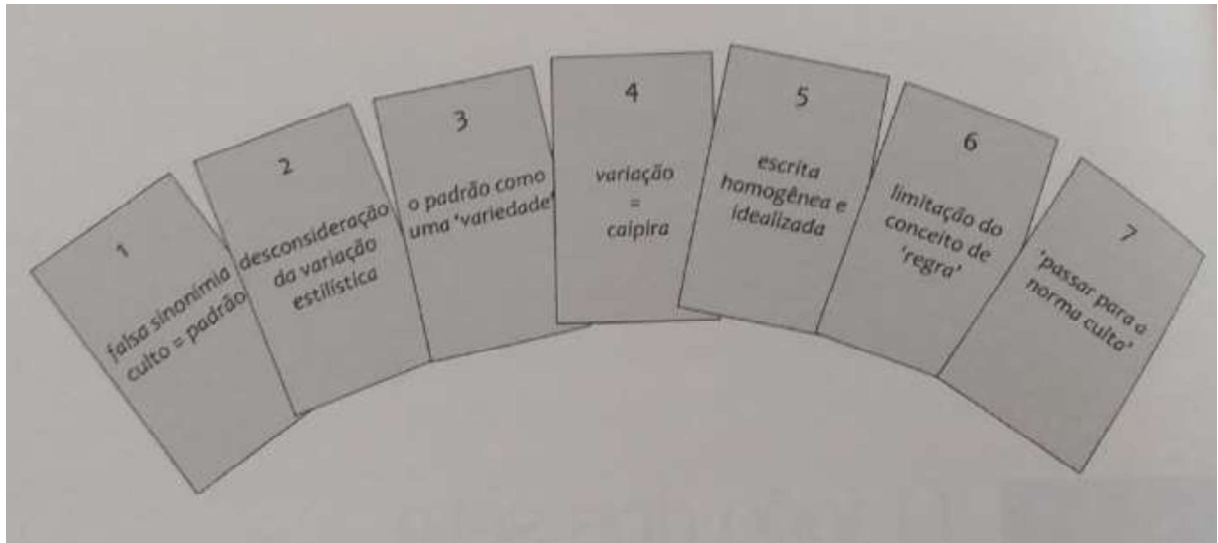
De tal modo, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006, p. 155) destaca que “nem o manual adotado nem o material didático deliberadamente preparado, qualquer que seja, pode ser transformado num fim, mas deve ser considerado meio para se chegar a algo que o excede, que vai muito além dele.” Portanto, o LD não é um fim, mas um meio para alcançar os objetivos que venham a serem traçados.

#### **4 O CAMINHAR DESTA PESQUISA**

Como exposto nas linhas introdutórias, este trabalho é de base documental, tendo como objeto de análise o material apostilado, volume 1, de Língua Portuguesa, da Editora Positivo, destinado ao Ensino Médio. Cabe ressaltar mais uma vez que esse material será substituído, de forma gradual, a partir do ano de 2021, tendo em vista as adequações demandadas por ocasião da BNCC, o que já se pode adiantar outra futura pesquisa.

O recorte em estudo refere-se aos conteúdos e as atividades presentes nesse material. Como forma de categorizar a análise, optou-se por seguir o que Bagno (2013, p. 73) chama de “o jogo dos sete erros teóricos”, ilustrada na figura 1, abaixo, ao passo que o autor afirma que o tratamento da variação linguística presente nos livros didáticos se faz de modo confuso, equivocado, superficial. Para melhor entender, apresenta-se o quadro 1, na sequência, com uma breve definição do que tange cada erro descrito pelo autor e que se toma como base de análise para esta pesquisa.

Figura 1 – O Jogo dos sete erros



Fonte: Bagno (2013, p. 74).

Quadro 1 – Detalhamento dos Sete Erros

<b>Erro</b>	<b>Descrição</b>
1 – A falsa sinonímia: culto = padrão	Equívocos terminológicos para designar a língua de prestígio.
2 – Desconsideração da variação estilística	Não considera o uso individual.
3 – O padrão como uma “variedade”	Não define se a norma-padrão é a idealizada pelas gramáticas normativas ou se é a de uso autêntico pelos mais letrados.
4 – Variação é coisa de caipira	Variação como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas.
5 – A escrita como ideal	Separação da fala e da escrita, sendo a fala coloquial e a escrita formal.
6 – Só o padrão tem regras	Regras como o certo perante a gramática normativa, como se outros usos da língua fossem errados.
7 – Passar para a “norma culta”	Propor exercícios que solicitam “passar para a norma culta”

Fonte: adaptado de Bagno (2013).

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DO MATERIAL

O material em análise é dividido em duas unidades, a serem trabalhadas em um bimestre, que compreendem os seguintes eixos: a) leitura; b) produção textual; e c) análise linguística. Mesmo que o nosso foco seja o material do aluno, observamos os manuais disponíveis para os professores e cabe uma ressalva, pois na Proposta Pedagógica, aponta que “a coleção parte do princípio de que o texto é o ponto de partida para o estudo da língua e da prática de leitura”<sup>4</sup>. Contudo, verifica-se que, algumas vezes, os conceitos gramaticais não são articulados com os textos, a exemplo do conteúdo de acentuação gráfica, que é apresentado regra pela regra, o que para Bagno (2013) constitui-se como **Erro nº 6 – só o padrão tem regras**, tanto que o título está como “*Regra de Acentuação*” (vê-se na figura 2), nem ao menos comenta sobre as possibilidades de uso como o verbo estar que, em algumas variedades, transforma-se em um monossílabo (tá), principalmente na fala e na escrita simultânea em redes sociais. As atividades seqüenciais são para identificar e justificar o uso dos acentos pelas regras. Perde-se, ainda, a possibilidade de explorar o gênero textual abordado páginas antes – Entrevista – apontando sua adequação quanto à forma oral e escrita, interligando com o conteúdo Variação Linguística e Monitoramento Linguístico, todos apresentados antes da Acentuação.

---

<sup>4</sup> Optamos em destacar trechos da obra em pesquisa em itálico, além do uso das aspas.

Figura 2 – Regra pela Regra

**Regras de acentuação** 23 Sugestões de resposta

As regras de acentuação consideram, principalmente, a posição da sílaba tônica e a terminação da palavra.

10. Tendo em vista seus conhecimentos, acentue as palavras a seguir, sempre que necessário.

Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
ma	até	media	acumulo
três	sofri	líder	véspera
só	cantarão	mapa	rápida
vi	armazéns	automóvel	década
mau	forró	vertigem	técnico
cem	chama-los	órfã	esféricos

a) O que há em comum entre as palavras de cada grupo?  
b) Justifique a acentuação feita em cada um dos grupos.

Na língua portuguesa, são acentuados:

- os monossílabos tônicos terminados em -a(s), -e(s), -o(s);
- os vocábulos oxítonos terminados em -a(s), -e(s), -o(s), -em(ens);
- os vocábulos paroxítonos terminados em -r, -x, -n, -l, -ps, -l(s), -us, -um(uns), -ã(s), ditongo;
- todos os proparoxítonos.

**fica a dica**

Fonte: Lopes (2015, p. 52).

Ademais, sobre conteúdo, a apostila aponta as “*Teorias sobre a Língua*” e elenca os tipos de gramática, colocando a gramática normativa como uma variedade linguística chamada de norma-padrão, ou seja, **Erro nº 3 – o padrão como uma “variedade”**, visto que seu uso não é real, tanto Bagno (2013) e Faraco (2008) a citam como um construto sócio-histórico que não representa a realidade. Todavia é interessante pontuar que o material traz o conceito de gramática internalizada e descritiva segundo Sírio Possenti, com a justificativa que a língua é viva e que toda variedade corresponde a uma gramática; sobre a normativa menciona que “*algumas pessoas entendem que esse padrão não pode ser questionado, revelando um apego excessivo à tradição e a uma ideologia conservadora*”, mesmo que de forma breve já mostra um novo olhar para a tão tradicional gramática dita como a certa.

O material aborda, também, o estudo dos gêneros textuais, domínio discursivo e tipos textuais a fim de caracterizá-los por meio dos conceitos e exemplos, porém em nenhum momento menciona que os textos (orais e escritos) em situação sociocomunicativa apresentam

variação linguística, para alguns gêneros o estilo e mais ou menos monitorado. Esse caso enquadra-se no **Erro nº 5 – a escrita como ideal**, pois não há nenhum exemplo que mostre o uso de um gênero oral ou, mesmo no escrito, não aponta a ocorrência de estilo mais ou menos monitorado.

Outro conteúdo é a *linguagem verbal, não verbal e multimodal*, de maneira exitosa discute um texto de Ataliba Castilho, intitulado “O que vem ser a língua e linguagem”, por meio dele e a partir de atividades questiona o motivo pelo qual o autor não usa um vocabulário mais técnico e científico. O propósito dessa reflexão, segundo as orientações para o professor, é que o aluno reconheça que o texto tem um interlocutor, bem como o local de publicação em que o texto foi vinculado, no site do Museu da Língua Portuguesa, espaço de público variado. Na sequência, difere o que é oralidade e escrita, apontando como falso dizer que a fala é mais informal por ser espontânea e a escrita formal por ser mais elaborada, de tal modo que, nesse ponto, corrobora com os estudos de Bagno (2013) e não comete o que seria apontado como **Erro nº 5 – a escrita como ideal**, conforme apontado no parágrafo anterior.

Por fim, tem-se enquanto conteúdo a *Variação Linguística*. A apostila não apresenta um aprofundamento desse tópico, todavia traz a classificação: variação histórica ou diacrônica; variação geográfica ou diatópica; variação sociocultural ou diastrática; variação estilística ou diafásica. Na introdução ao assunto, há a afirmação de que as variações linguísticas representam a diversidade social e cultural de um povo e por ser dinâmica, a língua evolui e modifica-se continuamente. Durante a exposição, em nenhum momento se limitou às variedades rurais e/ou regionais, a qual Bagno (2013) aponta como **Erro nº 4 – variação é coisa de caipira**. Nas Orientações Metodológicas destinadas aos professores, em relação a essa temática, sugeri somente que o professor discuta com os alunos se seria possível a língua portuguesa evoluir ao ponto de se transformar em outra língua.

Chama-nos a atenção que, após tal classificação, abrem-se mais dois tópicos intitulados de *Níveis de Registro e Monitoramento Linguístico*. Para o primeiro, organiza esses níveis em Formal, aquele que utiliza de uma linguagem culta e técnica, tratando-a como as normas urbanas de prestígio e a norma-padrão. No entanto, não deixa clara a definição, ou melhor, a diferenciação de normas urbanas e norma-padrão. Já para o nível Informal coloca que é a linguagem do dia a dia, como se um registro mais monitorado também não seja algo cotidiano para determinados grupos sociais, o que revela aqui o **Erro nº 1 - a falsa sinonímia: culto = padrão**, dado que não especifica os conceitos para essas terminologias.

Posteriormente, o material apresenta uma tabela (figura 3, abaixo) com a finalidade de analisar flexões verbais para cada registro: formal em norma-padrão; formal falado e escrito (variedade de maior prestígio); e informal falado (menor prestígio). Consoante a Bagno (2007), refere-se à Variação Morfossintática, pois distingue o uso gramatical em diferentes grupos sociais, visto como um importante passo para o reconhecimento das diferentes gramáticas em uso e para a educação em língua materna, ou seja, a inserção do aluno no universo da escrita e leitura.

Figura 3 – Variação Morfossintática

Formal (norma-padrão)	Formal escrito e falado (variedade de maior prestígio)	Informal falado (variedade de menor prestígio)
Eu trabalho	Eu trabalho	Eu trabalho
Tu trabalhas	Você trabalha Tu trabalhas	Você trabalha Tu trabalha
Ele/ela trabalha	Ele/ela trabalha	Ele/ela trabalha
Nós trabalhamos	Nós trabalhamos (predomina na escrita) A gente trabalha (predomina na fala)	Nós trabalha A gente trabalha Nós trabalhamo
Vós trabalhais	Vocês trabalham	Vocês trabalham Vocês trabalha
Eles/elas trabalham	Eles/elas trabalham	Eles/elas trabalham Eles/elas trabalha

19 Orientação didática.

Fonte: Lopes (2015, p. 49).

Ademais, a autora do material apostilado cita que a norma-padrão está cada vez mais distante do uso efetivo por parte dos falantes brasileiros, não só na fala como na escrita. Passo esse significativo para o que Bagno (2007) chama de reeducação sociolinguística, nas palavras do autor:

[...] é uma proposta de pedagogia da variação linguística que leva em conta as conquistas das ciências da linguagem mas, também, as dinâmicas sociais e culturais em que a língua está envolvida. Não é possível desprezar, em nome da ciência “pura”,

as necessidades e os desejos (legítimos) dos falantes da língua. Mas também não é possível, em nome dessas necessidades e desejos, deixar as coisas como estão, dominadas por uma ideologia lingüística autoritária e excludente (BAGNO, 2007, p. 86).

Condizente ao *Monitoramento Linguístico*, de forma muito sucinta, exemplifica ao fazer analogia com uma pessoa que, ao ir a uma festa, escolhe roupas adequadas para dada situação, assim o faz o falante ao se comunicar, ao passo que considera o contexto de comunicação, monitorando o registro para mais ou menos formal. Sem mais desdobramentos sobre esse tópico, podemos afirmar que não comentem o **Erro nº 2**, uma vez que para a Sociolinguística não existe falante de estilo único, o monitoramento se dá pelos eventos de interação verbal a qual o sujeito está exposto (BAGNO, 2013).

Visto os conteúdos, passamos a analisar as atividades que são apresentadas entre os tópicos de estudo e ao final de cada unidade, chamada de *Hora de Estudo*, com questões retiradas de vestibulares e Enem. Todas elas compostas por questões abertas, verdadeiro ou falso, múltipla escolha. O propósito não é quantificá-las, mas sim observar o tratamento didático relacionado à pedagogia da variação linguística, seguindo a categorização mencionada na seção anterior.

Nos “sete erros” de Bagno (2013), destaca-se o **Erro nº 4**, relativo à variação regional como sendo sinônimo de caipira, de modo que o autor cita que é recorrente os materiais didáticos ilustrarem essa ocorrência com as tirinhas do personagem Chico Bento ou letras de música como de Adorinan e Luís Gonzaga. Contudo, no material apostilado, não teve nenhuma situação próxima a essa. (E isso significa o quê?)

Outra atividade que chamou a atenção é, ao discutir a linguagem oral e escrita, com a opção de verdadeiro ou falso, apontou-se como falso dizer que a escrita é planejada e a fala não, o que faria delas mais ou menos informal. O que também não corrobora com o **Erro nº 5**, em colocar a escrita como ideal, pois “existe, portanto, a fala espontânea e escrita espontânea, como também existe a fala formal e escrita formal” (BAGNO, 2012, p. 89).

Ao tratar do gênero Relato Autobiográfico, tem-se um trecho do texto “A importância do ato de ler”, de Paulo Freire, na sua continuação uma série de perguntas de múltipla escolha, as quais abordam contexto de produção, função do gênero, uso dos verbos condizentes ao gênero, porém não exploram a variedade linguística a que se pode atribuir a ele, no mais outras atividades de classificação morfológica em relação à norma-padrão. Dentre a

categoria de análise, **Erro nº 6**, só o padrão tem regras; não discuti o uso e o porquê de suas terminologias.

No mesmo viés, na primeira unidade, nas atividades Hora de Estudo, algumas questões de vestibulares sem contextualização e com sequência de palavras para verificar a acentuação gráfica, regra pela regra.

Na unidade dois, expõe mais algumas atividades relacionadas aos gêneros textuais, como Entrevista, bem como tipologia textual. Em específico sobre Variação Linguística têm-se poucas atividades e dessas solicitam modificar, ou seja, passar para a “norma culta” ou “norma-padrão”. Aqui temos a ocorrência do **Erro nº 7**, ao solicitar a reescrita, bem como o **Erro nº 1**, pois ora menciona como “norma culta ou norma-padrão” como se elas tivessem a mesma significação.

Ao finalizar as atividades, de modo positivo, traz algumas questões de cunho discursivo para que o aluno reflita a respeito das características dos falares do português no Brasil, afirmando que não existe nenhuma sociedade em que todas as pessoas usem a língua de maneira homogênea.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros didáticos (ou apostilados) destinados ao ensino de língua materna têm avançado muito, conforme verificamos a partir da análise a qual nos propusemos neste artigo, concernente ao estudo da variação linguística. Pois, ainda, caberiam outras análises como o estudo dos textos, propostas de leitura e escrita, uso gramatical, entre outros.

Bagno (2013) apresenta sua pesquisa com mais de 20 livros didáticos listados no PNLD de 2008, a qual culminou no “jogo dos sete erros” e que passamos a usar como categoria de análise deste estudo. Para o autor, a maioria das coleções analisada apresentou de modo negativo essa complexa relação entre língua e sociedade.

Diferente do que podemos perceber com o estudo do material apostilado da Editora Positivo, embora tenha apresentado alguns “Erros”, em outros momentos se encaminham para o que os autores como Bagno (2007, 2013) e Faraco (2008) mencionam como uma pedagogia da variação linguística, conectando as variedades cultas com as práticas socioculturais. Para isso, não se pode centrar o ensino no domínio de formas linguísticas, mas de seu uso nas comunidades de falantes da língua.

Para que o ensino entre nessa perspectiva, não só o material didático precisa de reformulação constante para que acompanhe a evolução da língua, mas o próprio professor ao manuseá-lo precisa saber como adaptá-lo a realidade de ensino e aprendizagem a qual ele e seus alunos estão expostos. Voltamos à citação de Lajolo (1996), apresentada nos parágrafos introdutórios, o livro é apenas um auxiliar da aprendizagem, toca ao professor saber utilizar dessa ferramenta. Um professor com formação sólida é capaz de reconhecer as qualidades e deficiências dos materiais aos quais têm a sua disposição.

Como dito, o material analisado apresenta erros e acertos, esperamos que nas suas próximas edições, já com adaptações para o Novo Ensino Médio, apresente ainda mais uma pedagogia da variação linguística, tendo em vista que a BNCC (BRASIL, 2018) assinala que aos estudantes é fundamental experienciar fazeres mais próximos as práticas da vida acadêmica, profissional, pública, cultural e pessoal. Dessa maneira, tange a comunicação linguística também uma experiencição mais próxima a realidade de cada aluno e comunidade escolar.

Sugerimos, como futura pesquisa, visitar as próximas edições desse material com o intuito de observar as alterações realizadas e se cada vez mais a pedagogia da variação linguística ganha espaço nos materiais didáticos para o ensino de língua materna.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?**: Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Português Brasileiro, a língua que falamos*. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Kleber Aparecido da. Sociolinguística educacional: uma entrevista com Stella Maris Bortoni-Ricardo. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 22, n. 1, p. 219-231, jan./abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 3, n.5, p. 300-307, 2008. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/15378>. Acesso em: 2 jan. 2021.

LAJOLO, Marisa. **Livro Didático: um (quase) manual de usuário**. Brasília: Em Aberto, jan./mar. 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2019.

LOPES, Anelys. **Língua Portuguesa: Ensino Médio**. Curitiba: Positivo, 2015.

OLIVEIRA, João Batista de Araújo *et al.* **A política do livro didático**. São Paulo: Summus, Unicamp, 1984.

PEREIRA, Antonio Serafim. **E por falar em educação...** Ensino, Formação e Gestão. Criciúma: Unesc, 2014.

RODRIGUES, AryonDall'Igna. Tarefas da lingüística no Brasil. **Estudos Lingüísticos** (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017.